

Uma agenda para o Brasil avançar

OPINIÃO



ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Empresário e presidente da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

O Congresso Nacional é a casa da democracia. No parlamento, as visões das diferentes parcelas da sociedade são levadas em consideração na busca de consensos que façam o Brasil avançar. Por meio do diálogo franco e plural, caminhamos em busca da concretização das nossas aspirações. O processo, às vezes, é lento, principalmente num país ainda com tantas carências. Mas não há alternativa à leal discussão de ideias e propostas com os nossos representantes políticos. A defesa pública da visão de mundo de cada força social, mais do que legítima, é a única forma de garantir o pleno desenvolvimento.

O setor industrial sempre esteve presente em todos os
cni.empauta.com

debates relevantes para o amadurecimento econômico, político e institucional brasileiro, e continuará atuante. Em 2013, a **Agenda Legislativa** da Indústria está completando a maioria. Nesse documento, divulgado ontem, disseminamos informação de qualidade sobre os projetos em tramitação no Congresso que garantem um bom ambiente ao fortalecimento dos negócios e estimulam o desenvolvimento econômico brasileiro. Além disso, reforçamos os valores básicos da atuação da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**: a democracia, o livre mercado e o empreendedorismo.

Nesses 18 anos, avançamos muito como nação. Felizmente, o Brasil retratado pela primeira edição da agenda, em 1996, deixou de existir. De lá para cá, nossa economia cresceu 63%. O salário mínimo real mais do que dobrou. O analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais caiu de 14,6% para 8,6%. Temos, atualmente, a menor taxa de desemprego da nossa história. Assistimos a um imenso movimento de ascensão social, com milhões de trabalhadores chegando à classe média. Essas são indicações claras de significativa melhora.

A Agenda Legislativa da Indústria de 2013 mostra, entretanto, que ainda temos muitos desafios. Reunimos as condições para avançar institucionalmente, mas o sucesso não está garantido. É preciso merecê-lo dia após dia. O setor industrial entende toda a extensão da importância do Congresso Nacional na condução dos temas estratégicos para o país. Deputados e senadores são parceiros imprescindíveis na consolidação de um ambiente econômico em que a **competitividade** da indústria seja a base do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

No ano passado, apesar dos esforços do governo e do setor produtivo, o crescimento esperado não veio. O Produto Interno Bruto (PIB) avançou pouco. Es-

Continuação: Uma agenda para o Brasil avançar

peramos a retomada da expansão neste ano, pois alguns requisitos para a recuperação estão sendo construídos internamente. O Brasil continuará a contar com extraordinário mercado consumidor. Além disso, reunimos boas condições macroeconômicas e temos instituições fortalecidas e mais estáveis do que as de outras grandes nações emergentes.

Superamos a histórica vulnerabilidade externa, equilibramos as contas públicas por meio de resultados fiscais positivos e de redução da dívida, e fixamos taxas de juros mais compatíveis com uma economia de baixo risco. Não podemos perder a oportunidade de andar mais rapidamente neste momento, que é de reafirmação. Os industriais brasileiros trabalham de forma intensa, mas precisam contar com cenário propício. Crescer de forma sustentada requer esforço e persistência -- ainda não se encontrou atalho eficiente, por mais que se tenha tentado.

Apesar dos avanços, ainda é dura a realidade de quem produz, emprega e gera riqueza no país. Precisamos continuar aperfeiçoando os marcos regulatórios da

economia. Na agenda, defendemos propostas que permitem a construção de um futuro melhor para o setor produtivo, como a adoção do crédito financeiro do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a compensação de saldos credores de tributos federais com débitos previdenciários, as limitações à desconsideração da personalidade jurídica e a elevação do limite de receita para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime do lucro presumido.

Podemos acrescentar o fim do adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a regulamentação dos **terceirizados**, a modernização da legislação trabalhista e a medida provisória dos portos. Ao todo, são 130 projetos -- 17 dos quais formam uma pauta mínima. As tarefas são muitas e inadiáveis. O Brasil precisa tratar melhor a indústria, setor que mais gera renda e empregos de qualidade no país. Sem isso, um vasto potencial de desenvolvimento econômico e social será desperdiçado. Vamos todos ao debate democrático.